

Etnoarqueologia no quilombo Mandira

Fabio Guaraldo Almeida*

ALMEIDA, F.G. Etnoarqueologia no quilombo Mandira. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 11: 171-175, 2011.

Resumo: O objetivo do artigo é contribuir para o entendimento do processo histórico de formação do território quilombola dos Mandira, tendo em vista o processo de apropriação e formação dos registros arqueológicos na territorialidade desse povo. Pretende-se, com isso, refletir sobre a prática arqueológica em comunidades quilombolas e contribuir com os debates da Arqueologia Pública e Comunitária, a partir de uma proposta de pesquisa multivocal e interdisciplinar entre Arqueologia, Antropologia e História.

Palavras-chave: Territorialidade – Quilombo – Registro arqueológico.

A pesar de terem ocorrido alguns trabalhos pioneiros de escavação em quilombo de Minas Gerais já no final da década de 1970 (Guimarães & Lanna 1980; Guimarães 1990), poucos foram os trabalhos na arqueologia brasileira que deram continuidade a essa linha de pesquisa. Todavia, as pesquisas em território quilombola não deixaram de ser um tema contemporâneo, apresentando interesse público em torno dos debates sobre patrimônio, identidade e territorialidade. Os inúmeros debates entre historiadores e antropólogos giram em torno dos conceitos e parâmetros teóricos na tentativa de definir as subjetividades que caracterizam essas coletividades, diferenciando-as de outras que procuram, da mesma forma, ter sua alteridade reconhecida. Assim, os estudos arqueológicos que trabalham com quilombos e comunidades quilombolas perpassam o mesmo desafio de investigar os processos históricos de formação desses grupos, na tentativa de apontar

elementos de permanências e transformações, que afirmem o por quê de – no presente – esses grupos se autodenominarem “comunidades quilombolas”

Contribuindo para o debate, o presente artigo procura trabalhar algumas questões teóricas e metodológicas das pesquisas arqueológicas em território quilombola, que ajudem a pensar em temas como patrimônio, identidade e territorialidade. Para tanto, o artigo está dividido em três partes. A primeira situa o leitor nos debates sobre o conceito de quilombo e define os caminhos teóricos e metodológicos que procuramos seguir como arqueólogos. Em seguida, apresentamos a pesquisa etnoarqueológica realizada em um quilombo contemporâneo, localizado no Baixo Vale do Ribeira, no município de Cananeia, o quilombo dos Mandira.¹ Por fim,

(*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Mestrando em Arqueologia.
<fabio.almeida@usp.br>

(1) Pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia - USP, para obtenção do título de Mestre, com auxílio de bolsa FAPESP.

propomos reflexões sobre o processo de gestão e preservação do patrimônio arqueológico em quilombos como forma de pensar a territorialidade e a identidade quilombola.

1. Conceito de quilombo e caminhos teórico-metodológicos da pesquisa

Os grupos que hoje são considerados remanescentes de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos históricos (Gusmão 1996; Almeida 1998; 2004). Diferente da definição jurídica do termo,² que apresenta a imagem de um quilombo sem história, congelado no tempo, como remanescente de um acontecimento do passado. As comunidades auto-denominadas quilombolas foram formadas a partir de heranças, por doações, pelo recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, pela simples permanência nas terras ocupadas dentro de grandes propriedades após o abandono dos senhores de escravos falidos e pela compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua existência (Almeida 1998: 11). A visão reduzida que se pode ter dessas comunidades reflete a “invisibilidade” produzida pela história oficial, cuja ideologia, propositadamente, ignora os efeitos da escravidão na sociedade brasileira (Gusmão 1996:71).

Por uma arqueologia da resistência, que vise a se alinhar com as perspectivas de uma arqueologia descolonizadora, assumimos, no caminho teórico-metodológico utilizado na pesquisa etnoarqueológica no território quilombola dos Mandira, a tarefa de reconhecer e legitimar as mais diversas percepções e interpretações do passado. Desde uma perspectiva arqueológica, partimos do mundo material como elemento fundamental no processo de construção de identidade. Para isso, adotamos a abordagem teórica da Arqueologia do Presente, definida por Gonzáles-Ruibal (2008), para construir uma pesquisa que leve em conta a complexidade de

interações dos agentes culturais estabelecidas pelos diferentes interesses e formações políticas no presente e no passado.

A pesquisa etnoarqueológica pretende explorar as “vozes sobre o passado” a partir das interpretações da cultura material do território Mandira; território este entendido enquanto objeto de análise social, isto é, que não é concebido como forma, mas como objeto e ação de uso (Santos 1994: 16). Trata-se da unidade espacial que abriga o escopo dos elementos que envolvem o comportamento humano em sua interação com a paisagem natural e que possui significado sócio-cultural. Assim, pretendemos explorar a história de formação do território Mandira.

Várias histórias e identidades se sucederam ou coexistiram nesse território. Há mais de sete mil anos, diferentes populações contribuem para o dinâmico processo de transformação do ambiente, segundo atestam os vestígios arqueológicos da região. Consequentemente, a formação desse palimpsesto de ocupação deve ser estudada a partir do entendimento tanto dos processos geológicos de deposição, como do dinâmico comportamento humano na longa duração, o que permite pensar na reutilização de estruturas e artefatos (Panja 2004). Assim, explorar o modo como a população quilombola do Mandira reage à diversidade de vestígios arqueológicos presentes em seu *habitat* implica diretamente no processo de formação do seu território.

É essa territorialidade, conduzida pela premissa da resistência, que conferimos no Território Mandira, localizado em Cananeia, na região do Baixo Vale do Ribeira.

2. A pesquisa no quilombo dos Mandira

Pasquale Petrone (1966:21) diferencia a Baixada do Vale do restante da fachada atlântica, por possuir uma extensa planície litorânea. Toda a região do baixo vale, denominada Planície Costeira de Cananeia-Iguape, é caracterizada sob o aspecto biofísico como representante típico do complexo estuário-lagunar, marcado pela presença de montanhas e escarpas da Serra do Mar, morros e morrotes isolados, formando distintos ambientes como ilhas, lagunas e canais. Características típicas da Mata Atlântica, estes ambientes compõem uma biodiversidade

(2) Artigo 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos” (grifo nosso).

rica, desenhada por mangues, restinga, várzea, vegetação hidrófila e floresta tropical.

Na parte sul desse mosaico de terras recortadas por águas, encontra-se o município de Cananeia. Denominada por Petroni (1966) de Recôncavo de Cananeia, esta área é formada por três ilhas e uma parte continental. O quilombo dos Mandira encontra-se na parte continental do município e tem sua história de formação ligada à doação de uma fazenda de engenho de arroz a um filho bastardo do senhor com uma de suas escravas.

O território é recortado pelos seguintes marcadores socioecológicos, nas palavras de Francisco Mandira, um dos líderes da comunidade: “Toda a parte serrana acima do Salto do rio Mandira, ao norte, pelo rio Acaraú, a oeste, e a Serra da Boacica, a leste, até a Barra do Mandira, no encontro com o Mar de Dentro, a sul.”³ A delimitação espacial e formação do território quilombola dos Mandira incorpora elementos do espaço muitas vezes transformados em representações simbólicas; mais que espaços físicos, o território é formado por lugares erigidos pelas criações culturais, conduzidos principalmente pela presença diária e a familiaridade com a paisagem. São lugares com biografias de encontros de indivíduos, reforçando traços de atividades, eventos do passado e leituras de signos.

No território Mandira existem muitas trilhas, consideradas *caminhos dos antigos*, e ainda hoje densamente utilizadas. Segundo os moradores, esses caminhos sempre existiram e, interligados, estendem-se do litoral ao Mato Grosso do Sul. Contam que os antigos utilizavam esses caminhos para visitar os parentes distantes e comercializar os produtos da roça na cidade, mas também para caçar e acessar as áreas de plantio, de extração de madeira e de coleta dos elementos da flora.

A utilização desses caminhos para a prática da caça, como acesso aos portos e os recursos para a produção dos remédios e da cultura material faz parte da percepção e incorporação do espaço habitado pelos Mandira. Dentro deste espaço encontramos os lugares significativos para a identidade quilombola do grupo. Um desses lugares significativos é a região do abacateiro, assim chamado por ser repleto dessas árvores.

Sobre este lugar, contam que no tempo da fazenda, existia um escravo valente que não gostava do cativeiro; certo dia, cansado de ser mal tratado, ele bateu no capataz até quase matá-lo. Como punição, o senhor mandou matar e enterrar o escravo próximo à fazenda, plantando um pé de laranja sobre a sua cova. Dizem que essa laranjeira estava sempre carregada de frutos, mas nunca ninguém comeu nenhuma laranja. Podemos observar na história as marcas de resistência impressas na paisagem do território como parte da identidade coletiva do quilombo.

Ainda na região do abacateiro, encontra-se o que parece ser o mais antigo dos sítios arqueológicos presentes no Território Mandira: o sambaqui Mandira. Muito bem conhecido pelos quilombolas, contam que esse sambaqui foi formado no “dilúvio do Mandira” Seu Francisco afirma que esse evento aconteceu realmente e está relatado no livro histórico da região.⁴ Consta que parte do flanco oeste do sambaqui foi cortado quando ampliaram o caminho do Porto de Fora, em função de um projeto privado de loteamento. Muitos ossos humanos foram encontrados na ocasião. Questionados sobre a procedência desses ossos, os quilombolas afirmam, sem pestanejar, serem das pessoas que moravam na região antes da ocorrência do dilúvio.

Em cima desse sambaqui, removendo parte do flanco sudoeste, encontram-se vestígios de uma estrutura construída de pedra. Pela disposição das pedras e pela técnica de construção, provavelmente se trata do alicerce de uma grande casa erigida no período da escravidão. Estudos históricos e arqueológicos mostram que essas estruturas foram construídas com pedras de variados tamanhos, ligados por uma mistura de óleo de baleia com conchas trituradas (Almeida 1961; Franchi 1999; Duran 2008).

A associação da estrutura de pedra, erigida em cima de um dos flancos do sambaqui e este cortado por uma trilha, revela os diferentes momentos de ocupação do território Mandira. O resultado consiste em um palimpsesto de ocupações exposto na paisagem, no qual parte do sítio pré-histórico foi danificada pela formação do sítio histórico, sendo

(3) Trecho do depoimento de Chico Mandira, registrado em etapa de campo, dezembro de 2009.

(4) Trata-se do livro *Memória Histórica sobre Cananeia*, de Paulino de Almeida (1963), onde relata, na página 3, o “trágico Dilúvio do Mandira, ocorrido no ano de 1795”.

que, cortando estes dois, foi ampliada uma trilha ainda hoje utilizada pelos Mandira.

Existe outra grande estrutura de pedra preservada no território Mandira. Trata-se de um engenho de arroz, todo construído com grandes blocos de pedra também unidos com óleo de baleia e conchas trituradas.

Pelo que consta, a partir de 1970, os Mandira sofreram grandes pressões decorrente das políticas ambientais. O estabelecimento do Parque Estadual Jacupiranga, aliado a forte especulação imobiliária impulsionada pelo fomento ao turismo regional, resultaram no processo de segregação dos Mandira em seu próprio território. Atualmente os Mandira ocupam uma pequena porção da área original, na parte leste de todo o território, e sofrem restrições quanto ao uso e manutenção de suas terras.

A ampliação da trilha do Porto de Fora foi feita em função de um projeto privado de loteamento, a mando do novo proprietário de grande parte das áreas do território Mandira. Nesta época, os Mandira já se encontravam segregados em seu próprio território e não existiam ainda os termos jurídicos na constituinte que reconheciam os direitos das comunidades auto-reconhecidas como quilombolas.

Hoje, sabendo da importância dos patrimônios relacionados ao seu processo de ocupação e permanente resistência como unidade territorial, os Mandira zelam pela preservação da estrutura da casa-de-pedra. Divulgam o sítio arqueológico aos visitantes, turistas e estudantes

como patrimônio histórico associado a seus ancestrais, por ter sido construída por escravos. Deste modo, os Mandira fornecem ao lugar a agência da luta e resistência pela continuidade do território, que caracteriza a própria definição histórica de terras quilombolas.

3. Gestão e preservação do patrimônio arqueológico em comunidades quilombolas

É preciso entender a incorporação dos vestígios arqueológicos no processo de formação do território Mandira como um dos aspectos da construção e manutenção da sua identidade contemporânea. Como elementos materiais que falam *para eles* e *para nós (os outros)* sobre a sua história de resistência, os vestígios contribuem para a manutenção de seu território enquanto patrimônio de memória cultural. Nesse sentido, a resistência permanece sendo um elemento vivo na memória dos Mandira, produzindo marcas em seu território. Isto implica pensar o espaço em sua simbiose com o imaginário social. Para isso, ao pesquisador, antes mesmo de entender, carece perceber como a população conceitua os lugares, o que é feito pela atribuição de significados e histórias compartilhados, pelos conhecimentos “tradicionais” que emergem da paisagem, revelando o modo como a população apropria-se do ambiente territorial; os objetos e marcas que ditam as paisagens sagradas e

ALMEIDA, F.G. Ethnoarchaeology in Mandira maroon. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 11: 171-176, 2011.

Abstract: The paper aims to contribute to the understanding of the historical process of occupation in the Mandira maroon's territory, by the appropriation and formation process of the archaeological records in the territoriality of this group. Also, thinks about the archaeological practice in maroon communities and about the debates of Public and Community Archaeology, by a multivocality and interdisciplinary research between Archaeology, Anthropology and History.

Keywords: Territoriality – Maroon – Archaeological records.

remetem a ancestralidade histórica; ou seja, a corporificação do espaço.

Segundo Diegues & Nogara (2005: 149), a proibição das práticas culturais – embebidas de longos e profundos conhecimentos ecológicos através dos saberes e práticas tradicionais – tem impacto não somente sobre a intensidade da prática do uso, mas também sobre as técnicas patrimoniais do “saber fazer” que demonstram as estratégias da comunidade em manter uma elevada taxa de biodiversidade.

Cabe lembrar que não apenas o território Mandira se vê ameaçado, mas também o patrimônio

arqueológico que se encontra em seu território.

Neste sentido, a preservação desse patrimônio arqueológico está inexoravelmente ligada à continuidade da identidade histórica do quilombo.

Reconhecer a importância do saber tradicional enquanto técnica patrimonial é implicitamente reconhecer que as populações detentoras destes saberes são sujeitos de sua história, portadoras desse conhecimento ancestral. Portanto, devem ser consideradas como agentes protagonistas do conhecimento e, sobretudo, da gestão e manejo do território e dos recursos existentes nele.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, A.W.B.
 2004 Nas bordas da política étnica: Os quilombos e as políticas sociais. NUER, Florianópolis, 2: 1-26.
 1998 Os quilombos e as novas etnias: é necessário que nos libertemos da definição arqueológica. *Documentos do ISA: Direitos territoriais das comunidades negras rurais*. Brasília, 5 (1): 11-18.
- ALMEIDA, A.P.
 1961 *Memória Histórica de Cananeia*. São Paulo: Brasil.
- DIEGUES, A.C.; NOGARA, P.J.N.
 2005 *O Nosso Lugar Virou Parque: estudo socio-ambiental do Saco do Mamangá- Parati-Rio de Janeiro*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, NUPAUB/USP.
- DURAN, L.
 2008 *Arqueologia Marítima de um Bom Abrigo*. São Paulo. Tese de Doutorado. São Paulo, MAE/USP.
- FRANCHI, C.
 1999 *Arqueologia Histórica do baixo vale do Ribeira: inventário dos sítios entre Iguape e Cananéia*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, MAE/FFLCH/USP.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A.
 2008 De la Etnoarqueología a la Arqueología do Presente. In: Salazar, J.; Domingo, I.; Azkarraga, J. M.; Bonet, H. (Eds.) *Mundos Tribales: una visión etnoarqueológica*. València, Museu de Prehistòria de València: 16-27.
- GUIMARÃES, C.M.
 1990 O Quilombo do Ambrósio: lenda, documentos e arqueologia. *Estudos Ibero-Americanos*. PUC-RS, XVI (1, 2): 161-174.
- GUIMARÃES, C.M.; LANNA, A.L.D.
 1980 *Arqueologia de Quilombos em Minas Gerais. Pesquisas*, 31: 164-163.
- GUSMÃO, N.M.M.
 1996 *Terra de Pretos, Terra de Mulheres: Terra, Mulher e Raça num Bairro Rural Negro*. Fundação 1ª Ed. Brasília: Biblioteca Palmares.
- PANJA, S.
 2004 Mobility strategies and site structure: a case study of Inamgaon. *Journal of Anthropological Archaeology*, 22 (2): 105-25.
- PETRONE, P.
 1966 *A Baixada do Ribeira*. Tese de Doutorado. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- SANTOS, M.
 1994 *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec.